



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, ÉTICA,
DECORO PARLAMENTAR E REDAÇÃO FINAL**

Tendo avocado a relatoria desta comissão, passo a expor o meu parecer e voto:

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Complementar nº 21/2025, de 13 de novembro de 2025, de autoria do Prefeito, que Altera anexo da Lei Complementar n. 110, de 17 de setembro de 2003, que “Institui o Código Tributário do município de Rio do Sul”.

A proposta atualiza a Planta Genérica de Valores – PGV, utilizada como base de cálculo do IPTU, incluindo novos logradouros e ajustes decorrentes do crescimento urbano, conforme mensagem do Poder Executivo.

II – PARECER E VOTO DO RELATOR:

No caso, a atualização da PGV (Planta Genérica de Valores) foi encaminhada pelo próprio Poder Executivo, o que se harmoniza com sua atribuição técnica e administrativa na elaboração das plantas e pautas de valores imobiliários.

A Planta Genérica de Valores é instrumento técnico empregado para padronização dos critérios de definição do valor venal dos imóveis, base de cálculo do IPTU. Tal instrumento permite uniformidade na avaliação dos terrenos e edificações, substituindo a inviável avaliação individualizada de cada imóvel urbano.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
RIO DO SUL

Sendo assim, concluo a presente matéria **estar** revestida de todas as formalidades legais e constitucionais, motivo pelo qual voto pela sua **aprovação** em primeira discussão e votação e solicito aos demais pares que adotem o mesmo posicionamento em relação à matéria.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2025.

MARCELA BAUMGARTEN

Relatora